

Governo estima poupar R\$327 bi até 2030; especialistas avaliam pacote fiscal como insuficiente

Contas públicas Medidas sofrem desconfiança de especialistas e do mercado e, com promessa de isenção de IR, fazem dólar ter recorde nominal

Governo projeta economia de R\$ 327 bi até 2030 com cortes

Estevão Taíar, Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O governo federal projeta economizar R\$ 327 bilhões até 2030 com as medidas de ajuste fiscal apresentadas nesta semana. Além disso, em uma discussão simultânea, pretende zerar ou diminuir a alíquota do Imposto de Renda (IR) de 36 milhões de pessoas físicas. A desconfiança do mercado e de especialistas em contas públicas com as medidas e seus possíveis impactos na dívida pública fez o dólar superar ontem pela primeira vez, em termos nominais, a barreira dos R\$ 6.

O pacote de ajuste das contas públicas, apresentado ontem por ministros das áreas econômica e política do governo federal, tem 13 medidas e é formado por uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um projeto de lei complementar (PLP) e um projeto de lei ordinária (PL). "Estamos falando de R\$ 327 bilhões de contenção, é uma contenção real", disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista coletiva concedida no Palácio do Planalto, a respeito das propostas de ajuste. Os textos das medidas, no entanto, ainda não foram divulgados nem encaminhados ao Congresso, o que elevou os rumos.

À noite, após o anúncio da proposta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) classificou o pacote como "uma medida extraordinária que é de contenção do excesso de despesas", em contraste com o diagnóstico de analistas de que as ações são insuficientes para garantir a sustentabilidade fiscal. Segundo Lula, a medida possibilita, ao mesmo tempo, cumprir o arcabouço fiscal e garantir justiça tributária.

"A gente não pode gastar mais do que a gente tem no Orçamento, porque nós aprovamos um arcabouço e estamos aprovando uma série de medidas de contenção, de moralização", disse o presidente em uma cerimônia de assinatura de aditivo para obras da Transnordestina.

Das propostas apresentadas ontem, a com potencial de gerar maior economia para os cofres da União é a que limita o crescimento do salário mínimo, segundo cálculos da equipe econômica. O governo federal quer que o mínimo cresça no mesmo ritmo das demais despesas do arcabouço fiscal, entre 0,6% e 2,5% ao ano, já descontada a inflação.

A maior parte dos benefícios previdenciários, além do Benefício de Prestação Continuada (BPC), tem seu valor atrelado ao crescimento do mínimo. Atualmente, o salário mínimo é reajustado de acordo com uma fórmula que considera a inflação do ano anterior e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Em outras palavras, o aumento pode ser maior que o previsto na regra fiscal pa-



Esther Dweck, Fernando Haddad, Simone Tebet, Rui Costa e Alexandre Padilha, na divulgação das medidas fiscais

Medidas de ajuste

Impacto acumulado até 2030 - em R\$ bi

PEC	115
Abono salarial	18
Fundeb	42
DRU	26
Subsídios e subvenções	13
FCDF	16
PLP	161
Salário mínimo	110
Bolsa Família	17
BPC	12
Aldir Blanc	7
Biometria	15
PL	6
Militares	6
Outras	6
Provinimento e criação de cargos	6
Subtotal sem emendas	288
Emendas	39
Total	327

Fonte: Ministério da Fazenda

ra os demais gastos. A equipe econômica projeta que será possível economizar R\$ 110 bilhões com essa alteração até 2030. "Pedimos à sociedade que, aqueles que moram na cobertura com piscina, paguem um pouco mais de imposto", defendeu o ministro da Casa Civil, Rui Costa, durante a entrevista. "Ao mesmo tempo, pedimos compreensão a quem ganha um mínimo para [receber] um reajuste mais lento."

Outra medida com impacto potencial relevante, de R\$ 42 bilhões em cinco anos nos cálculos do governo federal, são as alterações no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Segundo o Ministério da Fazenda, até 20% da quantia anual do fundo "poderá ser empregada em ações para criação e manutenção de matrículas em tempo integral na educação básica pública". Com isso, o Ministério da Educação não precisará usar a verba discricionária para escola em tempo integral, o que gerará a economia esperada.

Outros R\$ 39 bilhões de economia, segundo as projeções oficiais, virão das mudanças, sancionadas nesta semana pelo presidente Lula nas regras das emendas parlamentares. De acordo com as novas regras, as emendas não impositivas não poderão, por exemplo, crescer acima da inflação.

O governo federal também propôs mudanças para o abono salarial, com as quais pretende economizar R\$ 18,7 bilhões. Atualmente, o benefício é pago a quem recebe até dois salários mínimos. A proposta é que ele seja pago para quem receba até R\$ R\$ 2.640, valor a ser corrigido apenas pela inflação ao longo do

tempo. Como o salário mínimo tende a crescer em ritmo superior, a tendência é que o público que tem direito ao abono diminua gradualmente, até o benefício atingir em 2035 um novo patamar de acesso, de 1,5 salário mínimo. Já o valor do abono em si não muda: continua sendo de um salário mínimo por ano, uma espécie de 14º aos trabalhadores celetistas de renda mais baixa.

Outra novidade do pacote é a previsão de "cláusulas de garantia" que podem ser acionadas em caso de "imprevisto", disse o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan. Essas cláusulas incluem controle de benefícios tributários e de gastos com o funcionalismo. O texto prevê que, se houver déficit primário de 2025 em diante, no exercício seguinte à apuração do déficit fica vedada a criação, majoração ou prorrogação de benefícios tributários. Haverá também um gatilho que vedará, a partir de 2027, aumento real acima de 0,6% para o funcionalismo se a despesa discricionária se reduzir de um ano para o outro.

O pacote ainda prevê mudanças em subsídios e subvenções, no Bolsa Família, no BPC, na Lei Aldir Blanc e a prorrogação até 2032 da Desvinculação das Re-

ceitas da União (DRU), além de estabelecer novas regras para as despesas com a previdência dos militares, como idade mínima de aposentadoria de 55 anos. As mudanças na previdência dos militares deverá ser encaminhada via projeto de lei ordinária.

Haverá, ainda, outro projeto de lei complementar (PLP) com o objetivo de limitar os chamados "supersalários" de funcionários públicos, que será encaminhado posteriormente ao Congresso. Ainda não há estimativa de impacto fiscal nem de envio.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, se disse "satisfeita" com o pacote e o classificou como o "ajuste fiscal possível". Segundo ela, mudanças nos pisos constitucionais de gastos públicos com saúde e educação teriam impacto político "grande", mas com pouco efeito nas contas públicas.

Na entrevista, Haddad alegou que o governo "não quer confundir o debate" das mudanças no IR, que fazem parte da reforma tributária sobre a renda, com as medidas para fortalecer o arcabouço, mas foi o próprio ministro quem tratou de ambos os temas no pronunciamento que fez à nação na noite de quarta. Além disso, as propostas, segundo Durigan, devem ser encaminhadas ao mesmo tempo ao Congresso.

Segundo o titular da Fazenda, Lula ouviu "todos os ministros" ao longo dos últimos dois meses, tanto a respeito do conteúdo e da apresentação das medidas divulgadas nesta semana — incluindo a isenção do IR. A isenção para quem ganha até R\$ 5 mil mensais foi uma das principais promessas do presidente durante a campanha eleitoral de 2022. Atualmente, apenas quem ganha até dois salários mínimos, o equivalente a R\$ 2.824, não precisa pagar imposto sobre a renda.

Haddad também não descartou a possibilidade de eventualmente apresentar novas medidas de equilíbrio das contas públicas para Lula, afirmando que o fará "com transparência".

Pacote prevê "cláusulas de garantia" que podem ser acionadas em caso de "imprevisto"

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Página:** 4